

Abadia presta depoimento à Justiça nesta quarta-feira

Com a oitiva do réu pelo juiz Fausto Martin de Sanctis, realizada nesta quarta-feira (3/10), na 6ª Vara Criminal Federal de São Paulo, o processo contra o colombiano Juan Carlos Ramires Abadia, considerado um dos mais poderosos traficantes de drogas da atualidade.

Preso em 7 de agosto e levado para o presídio federal de segurança máxima de Campo Grande (MS), Abadia responde no Brasil pelos crimes de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, uso de documento falso e corrupção ativa. Um reforçado esquema de segurança foi montado para trazer o traficante a São Paulo nesta quarta.

Os Estados Unidos já pediram a extradição do colombiano ao Brasil. Lá, Abadia é acusado de crimes bem mais pesados: tráfico internacional de droga e, pelo menos, 13 assassinatos. Mesmo assim, a estratégia da defesa do colombiano, a cargo do advogado **Sergio Alambert**, consiste em obter a extradição para os Estados Unidos o mais rápido possível. Com a extradição ele terá dois benefícios: um da lei brasileira, que limita em 30 anos a pena a que poderá ser condenado nos Estados Unidos. E outra, da legislação americana, que permite uma ampla negociação entre o réu e a Justiça, antes do início do processo.

Sergio Alambert explica que este sistema, que tem certa semelhança com a delação premiada que tenta se instalar no Brasil, faz parte das práticas da Justiça americana e tem o poder de definir o destino do processo criminal. Nas negociações, o réu faz acordo para, entre outras coisas, fornecer informações e localizar e entregar bens para confisco. Em troca, recebe benefícios e redução de pena. Graduado em Direito Penal Internacional, Alambert tornou-se um especialista em extradição, com foco neste tipo de negociação com a Justiça dos Estados Unidos.

A documentação do pedido de extradição do governo dos Estados Unidos já está no Supremo Tribunal Federal. O ministro Eros Grau é o relator do processo. Normalmente, uma ação desta leva até dois anos para ser julgada. A defesa de Abadia, no entanto, espera e torce para que o pedido seja julgado até o fim do ano. A imprensa se baseia em uma ideia básica: quanto mais tempo demorar, menos valor terá as informações que o preso dispõe para negociar com os promotores e juizes americanos.

O Ministério Público calcula que Abadia tenha trazido ao Brasil cerca de US\$ 9 milhões, dinheiro que se presume produto do tráfico de drogas. No Brasil, o colombiano investiu principalmente em imóveis. Ele teria propriedades em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Seria dono também de uma lancha, sete carros e duas motos.

Sua fortuna no exterior, entretanto, é incalculável. Ele seria o titular de cerca de 20 empresas e teria mais de 300 imóveis na Colômbia e nos Estados Unidos. Na Colômbia ele seria dono, também, de uma Universidade e de um parque.

Graduado em Miami



Juan Carlos Ramirez Abadia, 44 anos, foi preso no dia 7 de agosto, no condomínio de classe média alta de Aldeia da Serra, na Grande São Paulo. Ele é formado em engenharia e em administração de empresas por uma Universidade de Miami, nos Estados Unidos, cidade onde fez seus estudos superiores e onde iniciou suas atividades no tráfico internacional de drogas.

Junto com Abadia foram presas outras 16 pessoas, entre as quais Yessica Paola Rojas Morales, apontada como a mulher do traficante e denunciada pelo Ministério Público como a contadora e responsável de fazer os pagamentos aos membros da quadrilha. Em depoimento policial, após sua prisão em São Paulo, Abadia inocentou Yessica, a "Gege", de envolvimento com qualquer atividade criminosa. Ela nasceu em Cartagena, na Colômbia, em 13 de abril de 1981, se diz solteira, do lar e com o segundo grau incompleto.

Também foram presos os colombianos Henry Edval Lagos, o Pacho; Cesar Daniel Amarilla ou Frank Zambrano e Victor Manuel Moreno Ibarra, todos acusados de fazer parte da quadrilha, além do piloto de avião André Luis Telles Barcellos, que teria transportado Abadia do Ceará para Minas Gerais e posteriormente aderiu à quadrilha. Todos são acusados de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e uso de documentos falsos.